

DEVOTOS, SÁBIOS E VIAJANTES: OS GEÓGRAFOS DO MUNDO ISLÂMICO MEDIEVAL

DEVOTEES, SAGES AND TRAVELERS: THE MEDIEVAL ISLAMIC WORLD GEOGRAPHERS

Paulo Roberto Baqueiro Brandão*

Resumo:

O interesse por trás deste escrito é lançar luzes sobre uma produção intelectual circunscrita ao mundo islâmico medieval, um espaço-tempo pouco explorado na historiografia da Geografia, mas de ricas contribuições ao avanço dessa área do conhecimento humano. Para a consecução de tal objetivo, se propõe a realização de uma análise segundo a qual o conhecimento geográfico desenvolvido pelos eruditos muçulmanos de então estava baseada em três pilares, quais sejam: a devoção religiosa, a busca incessante pelo conhecimento e a prática da rihla, sendo esta última um dos meios fundamentais para a realização dos dois anteriores.

* Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal da Bahia (concluída em 1997), especialização em Gerenciamento Ambiental pela Universidade Católica do Salvador (concluída em 1999), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (concluído em 2004) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (concluído em 2013)

Abstract:

The interest behind this paper is to shed light on an intellectual production limited to the medieval Islamic world, an under-explored space-time in the historiography of geography but rich contributions to the advancement of this area of human knowledge. To achieve this objective, it is proposed to carry out an analysis according to which the geographical knowledge developed by the then Muslim scholars was based on three pillars, namely: a devotion to Islam, the incessant search for knowledge and the practice of Rihla, the latter being one of the key means to achieve the previous two.

Palavras-chave:

História do Pensamento Geográfico;
Idade Média;
Mundo islâmico.

Keywords:

History of Geographical Thought. Middle Ages. Islamic world.

INTRODUÇÃO

Em todo o Ocidente, é absolutamente comum que, nos estudos dedicados ao exame historiográfico da ciência geográfica no transcorrer da Idade Média, as contribuições legadas pelos geógrafos islâmicos sejam subestimadas ou mesmo negadas. Seja por uma herança eurocêntrica, que valoriza os feitos dos estudiosos da Geografia que atuaram sob a incontornável influência da Igreja medieval, ou pela falta de interesse quanto às realizações de grandes sábios como Al-Idrisi, Ibn Batutta ou Ibn Khaldun (para exemplificar apenas com alguns dos mais renomados), o fato é que há um lapso de conhecimento que deve ser preenchido pelos atuais estudiosos da história da Geografia.

No Brasil, por exemplo, apenas umas poucas obras que tratam da historiografia da ciência geográfica dedicam algumas escassas linhas para citar os feitos dos sábios islamitas que difundiram os saberes da Geografia ao longo da Idade Média (ANDRADE, 1987; RODRIGUES, 2008; VIEIRA, 2009), ainda que em evidente desproporcionalidade em relação ao estudo do Ocidente no mesmo período.

O interesse por trás deste escrito é lançar luzes sobre uma produção intelectual circunscrita a um espaço-tempo pouco explorado na historiografia da Geografia, mas de ricas contribuições ao avanço dessa área do conhecimento humano. Para tanto, o texto cumpre um roteiro que (a) identifica e delimita o “mundo islâmico medieval” como designativo do espaço-tempo que se quer examinar, ao tempo em que empreende uma caracterização do Islamismo entre os séculos VII e X, seu período de maior expansão, e; (b) analisa os principais aspectos da idiossincrasia islâmica que contribuíram, naquele contexto espaço-temporal, para o desenvolvimento de saberes geográficos, reconhecendo na devoção ao Islamismo, na busca incessante pelo conhecimento e na prática da *rihla* os três grandes pilares de tal empreendimento intelectual.

O MUNDO ISLÂMICO MEDIEVAL: DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICO-HISTÓRICA

Nos compêndios de História Geral, a Idade Média é descrita como o período de cerca de 1.000 anos, entre os séculos V e XV, que sucedeu a Antiguidade e cujas características principais eram, grosso modo: fragmentação do espólio territorial romano em pequenos e instáveis reinos, ruralização de uma sociedade rigidamente estamentada, ascensão do poder político da Igreja e economia baseada no sistema feudal.

Além disso, é crença consagrada que a Idade Média foi um período de retrocesso nos campos da Filosofia e das Ciências, principalmente quando comparada à Antiguidade. Na Europa Antiga, os Gregos e os Romanos, cada um ao seu modo e dando vazão a interesses distintos (BRANDÃO, 2012), tiveram destacado papel na produção de saberes filosóficos e científicos nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Nas sociedades medievais, ao contrário, a influência da Igreja teria sido determinante para o desenvolvimento de uma visão de mundo de caráter teocêntrico.

Generalista e eurocêntrica ao extremo, essa descrição é difundida de tal modo que, por um lado, se tornou um mote para a reprodução de uma compreensão superficial do período, ao tempo em que, por outra parte, negligencia categoricamente a existência de outras espacialidades e temporalidades, formas de organização econômica, social, religiosa e territorial.

No caso específico da Idade Média conforme a vivenciaram os muçulmanos¹, uma intrincada relação entre fatores socioculturais, políticos e econômicos foi fundamental para a formação de uma unidade político-territorial, internamente diversa, é verdade, mas com traços marcantes de uma homogeneidade que a singulariza frente às demais realidades de então.

Há que se reconhecer que tal configuração espaço-temporal, por sua dinâmica própria (única sob vários aspectos), se caracteriza como uma totalidade, autorizando, por paráfrase às formulações desenvolvidas por Braudel (1984 [1949]), Wallerstein (1974) e Santos (1996), entre outros, o emprego do termo “mundo” para designar a unidade espaço-temporal daí advinda.

Por outro lado, embora a língua franca e o alfabeto característico, os costumes e leis derivassem diretamente da tradição árabe, não se pode afirmar a existência de uma unicidade na constituição da sociedade que contribuiu com a expansão do Islamismo entre os séculos VII e X. Muitos foram os povos – árabes, berberes, persas, beduínos, entre outros – que contribuíram para o sucesso de tal empreendimento, mas, a despeito das diferenças étnicas, todos se reconheciam como iguais por serem muçulmanos.

Sobre o emprego adequado dos termos “árabe”, islâmico” e “muçulmano”, Attie Filho (2002, p. 14) pondera:

Apesar de muitas vezes serem tomados um pelo outro, esses três termos não são sinônimos. Certamente, podem ter mais de um sentido dependendo do modo como são empregados, mas, geralmente, os encontramos utilizados a partir de uma distinção

¹ Bissio (2007a) argumenta que, apesar de concordar com Jacques Le Goff, para quem o enquadramento do Islã à Idade Média é uma extensão abusiva, emprega tal recurso, por ser esta a periodização universalmente admitida.

básica: o termo “árabe” geralmente é utilizado no sentido da língua, da cultura, da política ou da etnia e não no sentido religioso; o termo “islâmico” guarda o caráter da religião, mas também do Estado ou da cultura e não da etnia; o termo “muçulmano” aplica-se às pessoas adeptas à religião islâmica, mas que não são, necessariamente, árabes.

Deste modo, a defesa do termo “mundo islâmico medieval” em detrimento de “mundo árabe medieval”, sobejamente utilizado em estudos outros, está no alcance do significado dos termos “islâmico”, que melhor designa a grande e diversa comunidade criada sob os desígnios de uma tradição religiosa e cultural, e “árabe”, que, diz respeito, em sua origem, a uma etnia, sendo este último, portanto, mais restrito que o anterior.

DA UMMA À ORGANIZAÇÃO ESTATAL: O EXPANSIONISMO ISLÂMICO (SÉCULO VII AO X)

Antes do advento do Islamismo, a Península Arábica era formada por organizações tribais dedicadas, em geral, ao nomadismo como modo de vida e ao conflito como prática política. Em algumas zonas da península, contudo, essa tradição multissecular foi sendo paulatinamente rompida com o surgimento de uma cultura urbana pujante, possibilitada pela sedentarização de alguns grupos, graças ao desenvolvimento de tecnologias de represamento de água e ao florescimento de rotas mercantis (SANTOS, 2012).

Nesse contexto, algumas cidades, por força de sua posição geográfica, pelas características do tipo de comércio realizado ou pela especificidade de alguma função praticada, passaram a exercer centralidade no âmbito da rede urbana formada a partir da consolidação das rotas comerciais da Península Arábica, tornando-se localidades economicamente mais ricas e sofisticadas desde um ponto de vista sociocultural e político.

No caso de Meca, a cidade natal do Profeta Maomé, há controvérsias sobre a sua real importância naquele contexto urbano-regional (LANNES, 2013). Há hipóteses que defendem um papel de destaque daquele centro urbano como ponto de rotas comerciais internacionais que são confrontadas com outras, que advogam pelo alcance meramente regional da influência exercida por Meca. Fato é que, independente de tais discordâncias, o comércio mecano e o prestígio dessa cidade como centro de peregrinação, para onde afluíam milhares de pessoas para orar junto à *al-Kābah* (Caaba), foram essenciais para o florescimento de uma sociedade que buscava romper com algumas das tradições nômades e seu

sistema de clãs e que se mostrava aberta, portanto, a um modo de vida mais sofisticado.

Isso não significa, porém, que a nova religião, surgida a partir das pregações do Profeta Maomé, tivesse sido introduzida sem contratempos nessa sociedade. Nascido por volta de 570, Abū al-Qāsim Muhammad ibn ‘Abd Allāh ibn ‘Abd al-Muttalib ibn Hāshim tornou-se, a partir de 613, o condutor de uma renovação que buscava restabelecer “a pureza original da religião revelada por Deus a Abraão e a Ismael” (ATTIE FILHO, 2002, p. 65), poucos anos após ter passado por experiências transcendentais interpretadas como revelações de uma nova crença monoteísta.

Por contrariar interesses dos grupos dominantes estabelecidos em Meca, Maomé se viu obrigado a migrar, em 620, para a cidade de Yathrib (futura Medina, a “cidade do Profeta”), no ato conhecido como *hijrah* (Hégira, em versão latinizada), que marca também o início do calendário muçulmano. Na nova morada, graças a um contexto social, político e econômico propício, passou a gozar de grande prestígio, sendo considerado um homem investido de poderes de “legislador”, podendo, assim, estabelecer “um ordenamento social baseado em sua doutrina” (LANNES, 2013, p. 81).

Tal prestígio fora habilidosamente empregado para unir os árabes em torno de um sentido de pertencimento. Segundo Lannes (Idem, p. 83), por ordem de Maomé “Os muçulmanos de Medina teriam de prometer que dariam proteção (*awliya*) e ajuda (*nasr*) permanentemente a pessoas com quem não tinham parentesco, mas sim, laço religioso”. Tal ato pode ser considerado a ação inicial de criação da *Umma*, posto que, pela primeira vez, os árabes – ao menos aqueles sob a influência das pregações do Profeta Maomé – estabelecessem regras de coexistência que iam além dos desígnios tribais (ainda que absorvendo alguns desses), reconhecendo a todos que professavam a fé como membros de um mesmo grupo.

Entre os islamitas não se concebe a existência de uma religião apartada da comunidade que a professa. Ambas são uma única dimensão da vida dos indivíduos que compõem uma coletividade que se formou em torno da fé em *Allah*. A liderança religiosa, política e militar conferida ao Profeta Maomé e a difusão do árabe como língua de expressão da mensagem divina alicerçaram uma compreensão de que o Islã é, para todos os seus seguidores, mais que uma fé, o elemento fundante de uma identidade que assume contornos nacionalistas.

Logo após a morte do Profeta, ocorrida em 632, as sementes de um Estado teocrático fundamentado na *Umma* germinariam a partir da difusão de um senti-

mento coletivo de pertencimento a uma comunidade que transcendia o plano religioso, ainda que tivesse aí a sua base mais sólida. Ademais, a fé islâmica e o exemplo do Profeta deveriam ser levados ao maior número possível de pessoas, algo que foi feito pelo convencimento e, na mesma medida, pela conquista.

Não existindo qualquer indicação feita pelo Profeta sobre como seria a sua sucessão, a condução da comunidade segundo os desígnios de *Allah* e os seus exemplos passou a ser definida pela figura do Califa (sucessor). Sob a liderança de Abu Bakr (632-634), Omar (634-644), Utman (644-656) e Ali (656-661), os quatro primeiros califas, o Estado árabe-islâmico surgido no seio da *Umma* criada por Maomé teve os territórios ampliados para toda a Península Arábica, Pérsia, Bizâncio e Egito (ATTIE FILHO, 2002).

Após o período dos chamados califas “Bem Guiados”, o poder passou às mãos da dinastia Omíada que, em um lapso de quase nove décadas (661-750), empreendeu duas ações cruciais para a longevidade do Estado: o restabelecimento da unidade, seriamente ameaçada por movimentos separatistas, e o segundo grande movimento expansionista, que agregou os territórios do Norte da África e Península Ibérica, além do Cáucaso, Transoxiana (Ásia Central) e Sind (no atual Paquistão), difundindo o Islã do Oceano Atlântico ao Índico, da Europa às portas da Índia.

Após a dinastia Omíada, ascendeu ao poder o Califado Abássida, formado por descendentes de Abbas (tio do Profeta) fixados no atual Irã, sendo os grandes protagonistas de uma revolução nos campos da arte, cultura, filosofia e ciências no âmbito do Islã.

Quanto às questões relativas à conformação do Império, o Califado Abássida (750-1299) realizou menos empreendimentos expansionistas que o seu antecessor, posto que tivesse que lidar com diversos movimentos separatistas e com a formação de novos arranjos político-territoriais internos. De fato, no período de vigência dessa dinastia, as conquistas mais relevantes ocorreram nas ilhas mediterrânicas da Sicília (século IX) e no Punjab (século X), atual Índia.

A partir do século X, a expansão islâmica se deu menos pela ação sistemática de um grande Estado, como ocorrera até então, e mais pela pregação de viajantes e comerciantes árabes em longínquos destinos, a exemplo do que ocorrera nas atuais Indonésia e Filipinas, como também por conquistas empreendidas por outras organizações político-territoriais surgidas da decadência e fragmentação dos Califados, sendo esse o caso do Império Otomano, que ampliou as fronteiras da fé muçulmana até os Balcãs, já em pleno século XV.

No entanto, é importante salientar que ainda sob uma lógica estatal forjada pela ação dos grandes califas, muitas eram as geografias que compunham a configuração territorial do vasto mundo islâmico medieval. Naquele contexto, se considerava a existência de três grandes conjuntos geográficos: *al-Mashriq*, que significa “levante”, “nascente”, correspondendo à parte oriental, ou seja, a Península Arábica, Egito e Oriente Médio; *al-Maghrib*, cuja tradução seria “poente”, sendo relativo à parte ocidental, onde estavam localizados os domínios do Norte da África; e *al-Andalus*, de etimologia incerta, que servia para designar o território islâmico na Península Ibérica.

Contribuiu, pois, para o reconhecimento dessa diversidade pelos muçulmanos letrados o desejo de compreender as dinâmicas sociais, econômicas, políticas, culturais e físico-ambientais por meio de um saber secular, tornando a Geografia uma das áreas de conhecimento de maior importância naquele contexto. Ademais, há elementos próprios da idiosincrasia daquele povo que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da curiosidade geográfica, como se verá a seguir.

FÉ, CONHECIMENTO E RIHLA: FUNDAMENTOS DA GEOGRAFIA ISLÂMICA MEDIEVAL

Um traço comum aos geógrafos muçulmanos da Idade Média era o fato de serem extremamente devotos, pelo caráter hegemônico da religião que professavam; sábios, posto que fossem conhecedores de múltiplos saberes; e viajantes, graças, em parte, à característica primeira e à histórica predisposição dos povos afiliados ao Islã pela realização de deslocamentos.

Dentre todas as características que contribuíram para a formação da idiosincrasia muçulmana durante o período medieval, a religiosidade é a mais evidente e que mais influência exercia no comportamento dos indivíduos e da coletividade. A devoção à *Allah* e a obediência aos ensinamentos do Profeta Maomé eram elementos norteadores das relações sociais, das formas de legislar e governar e das práticas cotidianas daqueles que viviam na *Umma*, como, aliás, ainda ocorre em algumas das sociedades muçulmanas contemporâneas.

No princípio da sua constituição como religião, o Islamismo não diferia muito do Cristianismo no que tange à relação das elites devotas e dos representantes religiosos com o saber secular. As escrituras legadas pelo Profeta Maomé eram, então, o único sustentáculo de conhecimento entre os muçulmanos.

A conquista da Pérsia e da Síria (metade do século

VI), onde habitavam povos dotados de aguçada curiosidade intelectual, e a ascensão do Califado dos Abássidas, ocorrido em 750, foram, segundo Kimble (2013), os grandes motivos da virada muçulmana em direção a uma incontornável imersão nos campos cultural, filosófico e científico. Além de tais fatores, Prenda (2014) atribui ao domínio da tecnologia de produção de papel pelos muçulmanos (adquirida junto aos chineses) uma importância capital para a valorização dos saberes naquele contexto, posto que fosse possível ampliar a difusão de manuscritos e livros traduzidos para o árabe.

Contudo, vale mencionar que tal revolução científica não significou uma ruptura com as premissas religiosas do Islamismo. Ao contrário, a busca por conhecimento se fazia em convergência com os ensinamentos contidos no Alcorão, como se pode exemplificar através da assertiva de Faruqi (2006, p. 392), ao abordar sobre as interpretações da natureza pelos eruditos muçulmanos da Idade Média:

Many Muslims scholars in the Golden Age of Islam studied nature in the context of the Quran. The Quran depicted the relationship between nature and man, and this inspired the Muslim scholars to study natural phenomena, in order to understand God. Islam's contribution to the scientific enterprise was complex and rich and it spanned over three continents and nearly a millenium of time.

Claro está, pois, que a busca pelo saber está circunscrita à própria devoção do erudito muçulmano, não havendo para ele, naquele dado contexto, qualquer contradição entre a produção de conhecimento secular e a fé religiosa.

O Califado Abássida, considerado o precursor dessa virada cultural, filosófica e científica, durou do século VIII ao XIII, tendo sido a terceira dinastia a se estabelecer após a morte do Profeta Maomé e a transformação da Umma em uma nova organização político-territorial que tinha os califas (sucessores) como líderes. Esta dinastia foi responsável por um dos períodos de reorganização política no interior do Islamismo, o que resultou na formação de um território com grande heterogeneidade étnica e religiosa, abrigando, a partir de então, grandes populações urbanas de origem persa, bizantina, zoroastristas, cristãs e judias (PRENDA, 2014).

Graças à tolerância religiosa e cultural praticada pelos abássidas, os povos subjugados passaram a ter alguma influência no âmbito do Califado, entre os quais vale destacar os persas, que aumentavam paulatinamente a sua capacidade de intervir nos assuntos de foro político e intelectual, introduzindo, também, conhecimentos exteriores à doutrina muçulmana. Além disso, os vários

saberes desenvolvidos historicamente por povos diversos foram valorizados pelos intercâmbios, que eram então permitidos pela estabilidade política do vasto território islâmico. Segundo Lyons (2011, p. 81), os abássidas

(...) restauraram laços criando um valioso caldeirão para tradições intelectuais que haviam sido forçados a ficarem separados durante séculos por divisões políticas: de um lado, o saber helenístico que evoluiu na Grécia e depois Alexandria; de outro, a sabedoria suméria, persa e indiana. Muçulmanos, cristãos, judeus, zoroastristas, os sábios que adoravam as estrelas e vários outros grupos de pagãos puderam intercambiar ideias e ensinamentos.

No entanto, a despeito da intensa troca de saberes em todo o mundo islâmico, foi em Bagdá, a capital abássida, que o conhecimento secular teve a sua sede monumental. Havia, em diversas partes da cidade, centros de difusão de saberes, como livrarias e bibliotecas particulares e públicas, que “eram também centro de reuniões e debates, além de centro de estudo e desenvolvimento de pesquisa” (ALFONSO-GOLDFARB, 1991, p. 34).

Conforme a autora acima mencionada pondera, naquele contexto, por pesquisa deve-se considerar o trabalho de tradução de manuscritos para o árabe, sucedido por detidos estudos sobre o tema ali versado para, adiante, proceder todo um desdobramento de tais saberes através da formulação de conhecimento novo. Esse trabalho era realizado por eruditos de várias etnias que convergiam para Bagdá, atraídos inicialmente pelo convite do Califa Al-Mansur (754-775), considerado o precursor do movimento muçulmano pela obtenção e salvaguarda de conhecimentos.

Com o objetivo de concentrar os trabalhos de pesquisa em um majestoso centro e dando vazão a um projeto de contornos políticos e culturais dos abássidas (LYONS, 2011; PRENDA, 2014), foi construída, já sob o califado de Al-Ma'mun (813-833), a *Bait al-Hikma*, ou Casa da Sabedoria, implantada em 830. A magnífica estrutura, formada por instituto de pesquisa, biblioteca, observatório, museu e centro de traduções, detinha centenas de milhares de manuscritos e recebia verdadeiras fortunas em recursos públicos, sendo os seus eruditos homens de grande prestígio, revestidos de honrarias.

A obra grega inspiradora do desenvolvimento da Geografia entre os muçulmanos, a *Syntaxis*, escrita por Claudius Ptolomeu, foi traduzida para o árabe (com o título de *Almagesto*) durante a dinastia Abássida, por volta do ano 800, um pouco antes, portanto, da fundação da Casa da Sabedoria. Ainda que uma concepção

de Geografia tenha sido já formada nos contatos com povos do Egito e outras partes da África, Síria, Índia e China, foi a partir da tradução da dita obra – em conjunto com outras de caráter geográfico – que tal conhecimento passou por um processo de sistematização entre os eruditos muçulmanos.

A influência grega na produção geográfica do mundo islâmico acabou por delinear formulações que, à semelhança do trabalho realizado pelos eruditos da Antiguidade, podem ser divididas em Geografia Matemática (que inclui a Astronomia) e Geografia Descritiva (BRAUER, 1992). Isto não autoriza afirmar, porém, que a atuação dos geógrafos do mundo islâmico seja uma mera reprodução dos que lhes antecederam.

Ao contrário, como fruto de uma ação sistemática pelo avanço nos estudos que lhes foram legados, os eruditos islamitas produziram conhecimento novo, tanto no campo da dita Geografia Matemática, que agrega os feitos inerentes ao estudo de fenômenos naturais, à forma, dimensão e medição da Terra, além da Cartografia, quanto no âmbito da Geografia Descritiva, cujas obras, em sua grande maioria, estão circunscritas à *rihla*, como se verá mais adiante.

Segundo Veloso Filho (2010), o matemático Al-Khwarizmi foi precursor da Geografia muçulmana ao revisar parte da obra de Ptolomeu no seu “Livro da Configuração da Terra”, incluindo vasta produção cartográfica. Ademais, textos geográficos contendo estudos sobre a forma e medições da Terra, além de outros na fronteira com a Astronomia, eram comuns, alguns dos quais possuindo títulos como “Ciência de Longitudes e de Latitudes”, “A Ciência da Disposição dos Países” ou “Sobre os Movimentos das Estrelas” (ALMEIDA, 2005; KIMBLE, 2013).

Para Svd (2010), a Geografia e a Astronomia tiveram papéis vitais na configuração de determinados aspectos práticos que envolviam a sociedade muçulmana, como, por exemplo, os estudos sobre as fases da Lua, que permitiram a formulação do calendário utilizado até a atualidade. Além disso, o autor afirma, ainda tratando da influência da Geografia na coletividade islâmica:

The hour within which each of the five daily prayers is valid depends on the latitude of place and on the epoch of the solar year. The morning prayer should be performed before the sunrise and the evening prayer after the sunset. It is precisely stressed so that others may not mistake Muslims of worshipping the sun. Muslims are very strict with regard to qibla (direction of prayer). It means that the prayer cannot be valid unless they face towards kaba (Mecca) while praying. These clearly show how Islam requires a through knowledge of astronomy and geography. (Idem, p. 55).

Os poucos exemplos acima descritos dão uma pequena dimensão da vasta contribuição dada por aqueles sábios muçulmanos que se dedicaram ao estudo da variante dita “matemática” do saber geográfico. Esta, aliada a outra versão, mais descritiva, compõe o cerne da Geografia produzida no mundo islâmico medieval.

A Geografia Descritiva, vale mencionar, se consolidou, em grande parte, como consequência do profundo interesse que os muçulmanos nutriam pelas viagens, merecendo, pois, um exame pormenorizado.

Nas primeiras linhas de um ensaio sobre as implicações das viagens no desenvolvimento da ciência no mundo islâmico medieval, Marín (2010, p. 125) descreve dois conhecidos provérbios atribuídos ao Profeta Maomé: “Busca el conocimiento aunque esté en China” e “Busca la ciencia desde la cuna hasta la tumba”. Ambas as citações evidenciam ordens do Profeta aos muçulmanos “para emprender largas travesías en búsqueda del conocimiento, de la ciencia, de la tecnología; es decir, llevar a cabo una rihla, un viaje científico” (Idem, p. 125), ainda que seja para muito longe e mesmo que dure todo o transcorrer da vida.

Segundo Bissio (2007b), a viagem cumpria um duplo papel na vida de um muçulmano culto, sendo uma expressão da religiosidade e uma forma de construção do conhecimento. De acordo com a autora:

Durante toda a Idade Média, a viagem fez parte da vida dos letrados do mundo islâmico. A dedicação extrema à exigência da peregrinação aos Lugares Santos e a procura do reconhecimento da condição de homem erudito exigiam deslocamentos, cuja extensão no espaço e no tempo era fluida e podia consumir uma significativa parte da vida. Viajar pelos domínios muçulmanos para ir ao encontro dos grandes mestres, com os quais seria possível aperfeiçoar os estudos, era condição sine qua non para entrar no seletor reduto dos sábios, dos doutos, daqueles que faziam a glória do Islã no cultuado terreno do conhecimento (p. 205).

De fato, viajar em busca de conhecimento, ou realizar a *rihla*, era uma prática difundida como preceito do Islamismo, com referências expressas, inclusive, em várias passagens do Alcorão (ALMEIDA, 2005). Sendo um dos cinco pilares da fé muçulmana, a todo devoto saudável e financeiramente capaz, era – e ainda é – obrigatória a realização de ao menos uma viagem de peregrinação à Meca, cuja importância social do feito permitia àquele que o concluía o acréscimo do termo *hayyi* (peregrino) ao próprio nome, como uma espécie de honraria, considerada ainda mais vultosa quando a viagem era relatada.

Além disso, nos processos de consolidação da

doutrina islâmica e de reformulação das normas de conduta social, jurídica e política da *Umma* que se seguiram à morte de Maomé (632), alguns sábios foram escolhidos para reunir, interpretar e compilar fatos da vida do Profeta que pudessem inspirar as novas referências a serem escritas.

Segundo Bissio (2007b, p. 209), “Por mais de um século, os eruditos e os seus alunos viajaram de um lugar a outro do *mamlaka* a procura desses materiais e a viagem foi sendo progressivamente associada à procura do saber, à aquisição do conhecimento alicerçado na experiência”. Daí advém a origem da *rihla* como uma busca pelo conhecimento.

Em sua etimologia, *rihla* significa “encilhar um camelo”, preparar o animal para uma viagem. No entanto, o termo possui um significado que vai além da simples preparação para a montaria, definindo a própria viagem e, extensivamente, o seu relato (Idem), o que implica na difusão dos conhecimentos adquiridos durante o périplo.

Quando tomado como texto de caráter geográfico, algo mais comum a partir do século XII (ALMEIDA, 2005), a *rihla* une duas das dimensões que dão substância à Geografia islâmica ao longo da Idade Média, sendo ela própria a terceira. Em outras palavras, a prática da viagem se convertia, ao mesmo tempo, em ato de fé e busca por conhecimentos.

Não por outro motivo, muitos desses escritos de cunho geográfico contêm passagens que dão acento à fé dos seus autores. Segundo Almeida (Idem, p. 91), “(...) a *rihla* mescla o verossímil e o inacreditável, associa a narração dos fatos cotidianos com as histórias maravilhosas (*‘aya‘ib*) unidas à divulgação da fé”.

Isto não invalida, porém, a importância desse tipo de narrativa como um documento geográfico. Para Marín (2010), uma das principais motivações para a realização das viagens de longo curso era o desejo por conhecer a geografia de diferentes lugares, sua hidrografia, aspectos vegetacionais, clima e relevo, a produção, formas de povoamento, cidades, costumes, atividades e tradições. Além disso, assevera o autor:

Estaba muy mal visto que alguien escribiera un tratado de geografía sin haber visitado las regiones, montañas, ríos, poblaciones, comarcas o ciudades que describía en su obra. En la mayoría de los casos los libros de geografía son explicaciones de primera mano, de los viajes y visitas reiteradas de los viajeros-geógrafos a alguna región (Idem, p. 127).

Deste modo, não por outro motivo, os geógrafos islamitas medievais detentores de mais respeito e renome em seu tempo e cujas obras se tornaram extrema-

mente relevantes, com importância até os dias atuais, são justamente aqueles que se dedicaram de modo mais intenso às viagens.

Dentre a vasta gama de sábios-viajantes que tiveram papel destacado no desenvolvimento da Geografia no mundo islâmico medieval, são considerados três dos mais eminentes Al-Idrisi (1099-1166?), “um homem cuja genialidade e a circunstância o colocaram sob as ordenas da realeza” (KIMBLE, 2013, p. 65), tendo sido o responsável pela elaboração de um dos mais importantes exemplares de mapa-múndi da Idade Média; Ibn Battuta (1304-1369), o mais famoso, considerado o único viajante medieval que visitou todas as partes do mundo onde, no seu tempo, havia presença muçulmana (BEHFOROOZ, 1995); e Ibn Khaldun (1332-1406), conhecido, principalmente, pelos estudos no campo da História, mas com grandes contribuições à Geografia, posto que sua obra tivesse sido feita a partir de “um estudo diacrônico e sincrônico das formas de ocupação do espaço (...)” (BISSIO, 2007a, p. 3).

De modo adicional, cabe uma menção aos nomes de Ibn Khurdahibhi (820-912), Al-Balkhi (850-934), Al-Mas’udi (896-956), Al-Muqaddasi (940-991), Ibn Hawqal (943-978), Al-Biruni (973-1048), Al-Bakri (1014-1094) e Al-Hamawi (1179-1229), entre outros sábios-viajantes dedicados à Geografia que antecederam àqueles anteriormente citados.

Graças às *rihlat* realizadas por cada um desses geógrafos e por muitos outros não mencionados neste texto, mares e desertos, zonas agrícolas e cidades, diferentes paisagens, formas de governo e culturas, climas, relevo e hidrografia, atividades econômicas e costumes foram detalhadamente registrados e analisados, com as obras resultantes tendo sido legadas à posteridade como um rico e inestimável conhecimento sobre o al-Mashriq, al-Maghrib e al-Andalus, ou seja, o vasto mundo islâmico medieval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Os viajantes árabes eram homens sábios e buscavam refinamento religioso, seus textos refletem esta busca”. Assim resume Almeida (2010, p. 105) as características comuns aos homens letrados que viveram no mundo islâmico medieval. Importa pouco se eram antes viajantes que sábios, como afirma a autora, ou o inverso. De fato, o que merece destaque é que, como a pequena transcrição acima permite constatar com absoluta precisão, os eruditos de então – incluindo os geógrafos – baseavam seus afazeres intelectuais em uma tríade que unia

a fé nos preceitos do Islamismo ao conhecimento secular por meio da prática da viagem.

Havia, na atuação de um sábio muçulmano, um refinado entendimento acerca dos papéis que a religião e o saber secular tinham no desenvolvimento da sociedade. A pesquisa era, pois, uma ação alinhada aos preceitos da fé islâmica, algo patente, inclusive, em passagens do Alcorão que encorajam os indivíduos à busca incessante pelo conhecimento. Ademais, estando a religião e o conhecimento secular em franca harmonia, a prática da *rihla* (a viagem e sua descrição) era o elemento que dava substância à condição de complementaridade de ambas as dimensões da vida de um sábio.

Realizar a viagem e narrar o feito acabaram por gerar um acervo inestimável de descrições sobre o *al-Mashriq*, *al-Maghrib* e *al-Andalus*, revelando, assim, toda a diversidade paisagística e os muitos modos de vida que compunham o vasto mundo islâmico medieval, ao tempo em que permitiram a sistematização e difusão de saberes que fizeram da Geografia um dos campos de conhecimento mais proeminentes junto aos muçulmanos letrados daquele período.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. “Atanores, cimitarras, minaretes: cultura árabe como tecido do saber sob o céu ‘medieval’”. **Revista Brasileira de História da Ciência**, n. 5, p. 33-40, 1991.
- ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. “Palavras em viagem: um estudo dos relatos de viagens medievais muçulmanos e cristãos”. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 83-114, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- ATTIE FILHO, Miguel. **Falsafa**. A Filosofia entre os Árabes. São Paulo: Palas Athena, 2002.
- BEHFOROOZ, Fatemeh. “Ibn Battuta’s contribution to Geography”. **The International Journal of Humanities**, v. 6, n. ½, p. 1-5, 1995.
- BISSIO, Beatriz. “Islã medieval”: o espaço teorizado e o espaço vivido. In: XXIV Simpósio Nacional de História. Cd-Rom. **Anais...** São Leopoldo: **Associação Nacional de História**, 2007a, p. 1-8
- BISSIO, Beatriz. Percepções do espaço no medievo islâmico (Séc. XIV): **o exemplo de Ibn Khaldun e Ibn Battuta**. 2007b. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, UFF, Niterói-RJ.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. “(Des)continuidades na produção de saberes geográficos entre as civilizações helênica e romana: uma contribuição à história da Geografia”. **Élisée**, v. 1, n. 1, p. 45-60, Goiânia, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- BRAUER, Ralph W. “Geography in the medieval Muslim world: seeking a basis for comparison of the development of the natural sciences in different cultures”. **Comparative Civilizations Review**, n. 26, p. 73-110, 1992.
- FARUQI, Yasmeeen Mahnaz. “Contributions of Islamic scholars to the scientific enterprise”. **International Education Journal**, v. 7, n. 4, p. 391-399, 2006.
- KIMBLE, George. **A Geografia na Idade Média**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013.
- LANNES, Suellen Borges de. **A formação do império Árabe-Islâmico: história e interpretações**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política) - Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, UFRJ, Rio de Janeiro-RJ.
- LYONS, Jonathan. **A Casa da Sabedoria**: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MARÍN GUZMÁN, Roberto. Al-Rihla. “El viaje científico en el Islam e sus aplicaciones científicas”. **Reflexiones**, v. 89, n. 2, p. 125-145, 2010.
- PRENDA, Dandara Arsi. “A Casa da Sabedoria: instituição de valorização dos saberes no Oriente medieval”. In: XVI Encontro Regional de História. CD-Rom. Anais... Rio de Janeiro: **Associação Nacional de História**, 2014, p. 1-6.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. Geografia. **Introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.
- SANTOS, Maria do Carmo Parente. “Muçulmanos e cristãos: uma definição nem sempre tão fácil da alteridade dos fiéis das duas crenças”. **Revista Mundo Antigo**, ano I, v. I, p. 116-124, 2012.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SVD, Pushpa Anbu. "Relationship between Geography and Islamic thought". **Interações - Cultura e Comunidade**, v. 5, n. 8, p. 45-62, 2010.

VELOSO FILHO, Francisco de Assis. "**Forma, dimensões e feições gerais da Terra**: da Antiguidade ao Renascimento". *Mercator*, v. 9, n. 19, p. 183-194, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system**. Capitalism agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th. Century. New York: Academy Press, 1974.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **Pressupostos da ciência geográfica**. Teoria e história do pensamento geográfico até o século XIX. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2009.

Correspondência do autor:

*Paulo Roberto Baqueiro Brandão**
paulo.baqueiro@ufob.edu.br

ARTIGO RECEBIDO EM: 03/08/2016

REVISADO PELO AUTOR EM: 21/09/2017

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 24/07/2018